

Gama e Abreu, as ações urbanas e a questão da salubridade na Belém da segunda metade do XIX

Gama e Abreu, urban interventions and the salubrity issue in Belém in the second half of the nineteenth century

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702025000100051>

Jorge Nassar Fleuryⁱ

ⁱ Professor, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
orcid.org/0000-0001-8604-8328
jorgefleury@fau.ufrj.br

Resumo: O artigo enfatiza as ações de reformas urbanas visando a melhorias na saúde pública na cidade de Belém-PA a partir das ações de um ator social emblemático para essa cidade ao longo da segunda metade do século XIX: José Coelho da Gama e Abreu. A pesquisa foi desenvolvida a partir de fontes primárias como arquivos e livros escritos por Gama e Abreu, periódicos, relatórios, cartas e obras raras. Os melhoramentos citadinos evidenciaram uma Belém comandada por uma classe burguesa em rápida ascensão pela exportação do látex. Essas reformas deram ensejo a imprimir a segregação social no tecido urbano, instalando uma nova lógica de cidade.

Palavras-chave: Belém-PA; José Coelho da Gama e Abreu (1832-1906); História urbana; Salubridade.

Abstract: The article emphasizes the urban reform interventions aimed at public health improvements in the city of Belém (PA) drawing on the actions of an emblematic social actor for this city during the second half of the nineteenth century: José Coelho da Gama e Abreu. The research used primary sources such as archives and books written by Gama e Abreu, journals, reports, letters and rare works of literature. The urban improvements highlighted a city governed by a bourgeois class rapidly rising due to the export of latex. These reforms provided the opportunity for social segregation in the urban fabric, establishing a new logic for the city.

Keywords: Belém (PA); José Coelho da Gama e Abreu (1832-1906); Urban history; Salubrity.

Recebido em 29 out. 2024.

Aprovado em 12 jan. 2025.

A revolução social ocorrida entre 1835-1840 em Belém do Pará, conhecida como Cabanagem, dizimou a população amazônica, deixando mais de trinta mil mortos e uma população local que só voltou a crescer efetivamente depois de 1860 (Ricci, 2007). O látex, que já começava a ser exportado e desejado mundialmente (Sarges, 2002), também impulsionou transformações (Daou, 2000), sobretudo depois da descoberta do processo de vulcanização da borracha pelo estadunidense Charles Goodyear em 1840 (Fleury, 2014).

A partir desse comércio a cidade passa a mudar os aspectos urbanos e, também, começa a chamar a atenção de pessoas de diferentes lugares para trabalhar nos seringais, especialmente de regiões próximas, como São Luís do Maranhão (Sarges, 2002). Belém passou a apresentar uma população flutuante. Essas idas e vindas gerou na cidade dois problemas: a superpopulação em um ambiente físico ainda sem a infraestrutura necessária para a demanda e o surgimento de epidemias. A história das migrações está diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico e o surgimento de doenças epidêmicas e endêmicas (Ujvari, 2009). O estabelecimento do urbanismo como campo de conhecimento e ciência, e campo de intervenções e estudos sobre as cidades, também nasceria de questões em torno da higiene pública (Calabi, 2012).

O artigo enfatiza as ações de reformas urbanas visando a melhorias na saúde pública na cidade de Belém a partir da biografia de um ator social emblemático para esta cidade ao longo de toda a segunda metade do século XIX. Trata-se de José Coelho da Gama e Abreu, matemático e filósofo formado em Coimbra que foi diretor de Obras Públicas da província do Pará por 16 anos (1855-1871), bem como viajante, presidente da província do Pará e também o primeiro intendente municipal após a Proclamação da República, em 1889.

A questão biográfica

Visto que a pesquisa teve como objetivo analisar as reformas urbanas de Belém em relação à biografia de José Coelho da Gama e Abreu, faz-se necessário explicitar brevemente as metodologias de análise, sobretudo o método para escrita biográfica. Personagem importante na história da cidade em questão, José Coelho da Gama e Abreu recebeu o título de barão do Marajó e hoje nomeia uma rua da cidade, suas iniciativas, no entanto, são desconhecidas. Importante sempre ponderar que títulos eram atribuídos e representavam a nobreza da época e do personagem, bem como sinalizavam privilégios autorizados pela legislação e pelo imperador.

Abreu foi importante não apenas para a história da saúde pública, mas também para a história urbana. Esteve à frente de muitas das principais decisões que deram forma urbanística e arquitetônica a Belém, estruturando o que a cidade é hoje. Sua carreira como diretor de Obras Públicas, cargo que ocupou durante mais de 15 anos, já é sintoma de seu papel no cenário dos debates, implementações e expansão da cidade.

Apesar de ligado ao governo durante quase toda sua carreira, não se pretendeu fazer aqui uma história política. Esta pesquisa se identifica com o gênero da biografia, mais precisamente, da biografia intelectual, que busca analisar qualquer pessoa a partir de um estar no mundo historicamente associado à esfera dos saberes disciplinares. Na realização de uma biografia intelectual, percebe-se a reprodução de clivagens operadas por conceitos, por exemplo, como arte e ciência, os quais se desdobram em uma miríade de campos e tradições

disciplinares, que implicam o ofuscamento da riqueza de saberes multi e transdisciplinares que um sujeito pode agenciar de forma complexa (Madelénat, 1984).

Abordar a vida de um ator social importante para decisões urbanas na capital paraense faz com que entendamos melhor a história do pensamento urbanístico, além de contribuir para que tracemos uma história urbana da capital paraense. Entretanto, é preciso ter atenção para não contar uma história a partir do devir da personagem, sendo necessário “guardar distância” (Dosse, 2009, p.49). Buscou-se cautela para não realizar a pesquisa procurando o ícone referencial que Gama e Abreu se tornou: o barão do Marajó.

Tentou-se uma forma de narrativa na qual os autores utilizam temporalidades fragmentadas, não lineares (Dosse, 2009). Formando nebulosas (Jacques, Pereira, 2018) a partir de cronologias, foram detectados momentos e feitas conexões sem a rigidez de um tempo sequencial de seu percurso de vida. Pierre Bourdieu (1986) afirmava ter convicção de que a biografia não podia ser mais o relato linear de uma vida. Sophie Bajard não tinha gosto especial pela biografia, o que a fascinava era a história; ela descartava a “falsa linearidade” e preferia “obras problematizadas” (Bourdieu, 1986).

Ora diretor de Obras Públicas, ora viajante ou ainda mesmo presidente de província, Abreu, apesar de ser pesquisado hoje, foi suscetível ao meio e a suas experiências, mudando e amadurecendo – ou não – suas posturas e opiniões. Distintas temporalidades foram percebidas na pesquisa, e, visando à eficácia de sua biografia, em alguns momentos rompeu-se com a linearidade cronológica. Neste artigo seguiu-se por vezes uma tonalidade diacrônica, outras vezes uma temática. Dessa forma, o resultado é um relato misto que busca encontrar coerências entre temporalidades diferentes.

A presente narrativa tem nos detalhes da história alguns itens importantes. São curiosidades e anedotas que complementam seu desenrolar e ajudam a preencher algumas das lacunas citadas. Isso fica evidente, por exemplo, quando não é entendido com naturalidade o fato de Abreu, tendo vivido por muitos anos e se formado em Portugal, ter chegado a Belém ainda jovem e assumido cargo de grande importância no governo. Bourdieu (1986, p.106) reforça essa ideia ao afirmar que é identificando os microatos do poder que ele se mostra por inteiro como tal, “na realização de cada ato de força, ainda que minúsculo”.

O contexto belenense

Belém (conhecida, no século XIX, como cidade do Pará) foi implantada no lugar então considerado o mais adequado para ser o porto de entrada da região amazônica. Embora tão perto da linha do Equador, segundo Bates (1979, p.65), naturalista inglês que viajou pela Amazônia entre 1848 e 1859, em obra publicada em 1860, o clima não era excessivamente quente e “durante três anos só uma vez o termômetro subiu a 95°F (35°C)”. A temperatura máxima, por volta das duas horas, “apenas chega a 89° (31°C) e 94° (34°C), mas, por outro lado, nunca desce abaixo de 73° (22°C), havendo, portanto, uma temperatura uniforme elevada, deixando a média anual na casa dos 81°F (27°C)” (p.65).

Essa região gozou, por muito tempo, da reputação de extrema salubridade. Depois da epidemia de varíola de 1819, que atacou na maioria índios, nenhuma epidemia grave

assolou a província (Beltrão, 2007). O viajante inglês Henry Bates (1979, p.65) registrou ser “uma agradável surpresa verificarmos que não havia perigo em nos expormos ao sereno ou residirmos em lugares baixos e alagadiços”. Alguns viajantes de então comentavam que os ingleses que ali residiam tinham a pele tão fresca como se nunca tivessem deixado seu país natal.

Comentários como esses, no entanto, pareciam se esgotar nas menções ao clima, e, provavelmente, Bates não foi recepcionado na cidade sob chuva amazônica. Em Belém não havia diferença de clima durante o ano, salvo maior ou menor intensidade de chuva, sendo de junho a novembro o período com menos abundância. As temperaturas são sempre elevadas e só se tornam suaves nas madrugadas ou após chuvas intensas, quando a terra fica encharcada e a umidade aumenta (Beltrão, 2007).

Viajantes pareciam frustrar-se quando os assuntos eram os entretenimentos ou as amenidades físicas citadinas. Também mencionavam a falta de ventilação adequada em ambientes fechados públicos, o que resultava em odores característicos de determinadas regiões ou ruas da cidade. Como observou Marcoy (2001, p.293), outro viajante que passou pela região em 1847, também “não havia cafés nem restaurantes à vista onde eu pudesse descansar nesse lugar primitivamente desprovido de conforto, nada além das esquálidas lojas e armazéns de onde saíam lufadas quentes de ar cheirando a bacalhau, couro, aguardente, toucinho e queijo” que, segundo ele, “teria dado enjoo a um habitante dos montes Cantal”. Registrou ainda que “depois de vinte minutos eu não aguentava mais o movimento contínuo daquela multidão colorida. A temperatura estava um forno e eu ofegava no ar parado”, ressaltando ainda que se não “lembrasse que era um francês e que era meu dever representar a respeitabilidade do meu país no estrangeiro, eu teria me aventurado a tirar o casaco ... e deixado à mostra um palmo de língua” (p.292).

A capital da província do Pará também não possuía, naquela época, calçamento que encantasse os europeus. As ruas eram de terra avermelhada e poeirenta que, nas estações com menos chuvas, se apresentavam reduzidas a pó e, durante as épocas chuvosas, enlameadas. O mesmo Marcoy (2001, p.293) registrara tal fato ao ressaltar de forma indignada as duas observações que fizera de forma simultânea: “As minhas calças, brancas como a neve ao desembarcar, haviam adquirido um tom avermelhado, e as minhas meias estavam negras de pulgas”. Atribuindo tal fato ao chão batido que pavimentava as ruas, ele completava afirmando que, “além do inconveniente de pulverizar e encharcar de vermelho todos os objetos ou criaturas que têm contato com ela, essa terra favorece a multiplicação de pulgas e piolhos” (p.293).

Em 1848, esse era o quadro da salubridade da cidade do Pará, uma cidade sem recursos e situada no delta de um grande rio em plena zona tropical e rodeada de pântanos. Cenário de proliferação das endemias tropicais que vai sendo gradativamente contornada somente em fins do século XIX e início do XX, sobretudo com a urbanização (Silva, 2003; Beltrão, 2007). Em 1850, chegava a Belém a barca dinamarquesa Pollux, vinda do porto de Recife, trazendo em meio a tripulação a epidemia que já se presumia ser a febre amarela (Coelho, 1850, p.8). A cidade foi mobilizada para o combate à doença que devastava rapidamente a população, resultando, no fim de sete meses, em 12 mil enfermos e 506 mortos (p.11).

Sem titubear, o conselheiro Jerônimo Coelho (1850) havia tratado de adotar, no combate à epidemia, diversas providências, a começar pela nomeação de uma comissão de três médicos “incumbida de propor todas as medidas sanitárias precisas” (p.9). Esse fato foi viabilizado pelas transformações econômicas e sociais que já aconteciam na cidade em meados do século XIX. Se há algum tempo já estava instalada a preocupação com a salubridade pública, naquele momento ela ganhou viabilidade e foi executada em Belém.

Em 1854, ano de criação da repartição de Obras Públicas da província do Pará, uma cidade do outro lado do oceano Atlântico passava por uma devastação demográfica por conta de uma epidemia que também assolava sua população. Era o cólera, que solapava a cidade de Londres. Essa doença foi associada ao abastecimento de água da cidade a partir dos estudos e observações de diferentes territórios da cidade por um médico chamado John Snow (1813-1858) (Johnson, 2008). É importante ressaltar que os médicos se envolveram em soluções urbanas desde meados do século XVIII. Esses profissionais foram um dos primeiros grupos a problematizar a cidade a partir do viés da salubridade pública. E, associados aos engenheiros, seriam os protagonistas de um movimento a favor do urbanismo “diretamente ligado a uma sensibilidade generalizada para as questões de higiene pública” (Calabi, 2012, p.81)

Em 1855, o cólera assolou o Brasil, introduzindo-se na globalização do século XIX e provocando terrível devastação (Hochman, Armus, 2004). Segundo Beltrão (2004, 2007), as doenças presentes na capital paraense acometiam sobretudo quem vivia na Campina, bairro onde se encontravam as pessoas de baixo poder aquisitivo. Nesse período, Belém tinha um reduzido número de vias públicas, algumas largas, outras estreitas. “Dividia-se a cidade em três freguesias: Sé, localizada na Cidade (hoje Cidade Velha) e núcleo inicial da colonização; Senhora Santa Anna da Campina, na Campina, área contígua à Cidade; e Trindade, localizada após a Campina, beirando a mata que demarcava os limites dos subúrbios da capital da província” (Beltrão, 2007, p.159). Casas de pavimento único não possuíam janelas com transparência e eram habitadas por pessoas com menos recursos. As ruas em que se situavam não eram alinhadas, algumas poucas revestidas com pedras (grés ferruginoso), e grande parte delas não apresentava calçamento algum. As habitações eram pequenas, com aberturas estreitas e pé-direito baixo, sempre muito escuras e pouco arejadas, oportunas a umidade e insetos (Corbin, 1987; Bates, 1979). Uma ampliação para a cidade foi proposta por Jerônimo Coelho em 1848, mas só ocorreu 12 anos mais tarde (Cruz, 1970).

O medo dos miasmas que naquele momento era preocupante aparece em meio a esse cenário. Todas as construções – e qualquer lugar com potencial para produzir miasmas – foram então colocadas sob os olhares médicos e normatizados por legislações sanitárias nos séculos XVIII e XIX. “Água, ar e terra, três elementos indispensáveis à vida humana, apresentavam-se como inimigos potenciais” (Costa, 2004, p.59; Palma, 2024).

Dessa forma, a cidade passa então a ser problematizada por diversos atores sociais, profissionais das mais diversas áreas. O destaque cabe novamente aos médicos, que ressaltavam a insalubridade, resultante de uma série de condicionantes, principalmente de vida e trabalho. Os olhares acabaram se voltando para o ambiente físico, sobretudo a partir da perspectiva miasmática.

Ao longo do século XIX, um crescente interesse em reformas nas cidades se fazia presente nos registros da época. Especialmente depois da chegada da Corte e de toda sua comitiva ao Brasil. Buscava-se, além dos melhoramentos na salubridade, que as cidades se apresentassem

à semelhança das europeias. Então, no debate da salubridade, os “melhoramentos citadinos” muitas vezes apareciam como justificativa para gastos que embelezassem as cidades (Andreatta, 2006).

Nesse novo contexto os engenheiros tornaram-se portadores de um discurso, assentado nos ideais de progresso e civilização, capaz de combinar o antigo projeto de afirmação da nacionalidade com os novos interesses e empreendimentos de uma elite cosmopolita e às vezes industrialista (Williams, 1989). Nesse sentido, quem melhor para estar à frente disso se não pessoas com vasto estudo e conhecimento das terras e cidades europeias? Trata-se aqui de pessoas de famílias abastadas e com muitas viagens na bagagem.

Em nome da identidade de um tempo cujos sujeitos sociais emergiram das novas condições econômicas e sociais dominantes no mundo do capital, o que se viveu na época implica “reconhecer linguagens, gostos, atitudes, estéticas, sociabilidades que, construídos em escalas diferenciadas nos espaços hegemônicos da cultura burguesa, reproduziram-se, em escala planetária, também na condição das formas de ser e de agir em tempos que abrigavam o proclamado triunfo do Progresso e da sua homologia, a Civilização” (Coelho, 2011, p.141). Os mecanismos e os comportamentos da sociabilidade burguesa produziram um desejo de vida social a partir de imagens de cidades europeias como os *boulevards* de Paris (Coelho, 2011).

Em Belém, o processo de modernização atingiu a cidade em meados do século XIX, quando a região foi inserida no cenário econômico mundial por causa da produção gomífera local. A cidade, principal porto de escoamento de toda a produção, passou a canalizar parte dos excedentes para os cofres públicos (Sarges, 2002). Os atores sociais detentores das tomadas de decisões na época pertenciam a essa classe mais alta da sociedade, e suas atenções reformistas se concentravam na região central da cidade, porque era ali que se encontrava a crescente burguesia belenense e, evidentemente, onde circulava o capital (Miranda et al., 2015).

Nesse processo de modelagem de uma sociedade moderna, pobreza e indigência eram tidos como desvios aos entendimentos de “civilização” (Miranda et al., 2015). Era preocupação constante afastar cada vez mais da cidade os enfermos, indigentes ou, expressão usada na época, os lazarentos (Henrique, 2012). O Hospício do Tucunduba, por exemplo, não ficava tão distante do núcleo central da cidade como se desejava, o que tendia a se agravar com a expansão da cidade. Não se queria que essas pessoas transitassem clandestinamente no Centro da cidade, mas sim que ficassem pacificamente segregadas, submetidas às preocupações higienistas dos esculápios (Henrique, 2012).

José Coelho da Gama e Abreu

Nem só de médicos e engenheiros é formado o rol de personagens importantes para a salubridade citadina de Belém. Em meados do século XIX lá também se destacaram alguns atores sociais na história da saúde pública, bem como na história urbana local, como é o caso do intendente Antônio Lemos (Sarges, 2002). Aqui será focalizado outro personagem importante ao longo de toda a segunda metade do século XIX nessa cidade: José Coelho da Gama e Abreu, formado em filosofia e matemática na Universidade de Coimbra em 1853, foi diretor de Obras Públicas da província, viajante (com livro publicado em três tomos), presidente de província do

Pará e também do Amazonas, o primeiro intendente municipal de Belém, além de responsável por vários feitos como a tutoria, a partida e a publicação dos registros e livros que evidenciavam a região rumo às Exposições Universais de Paris (1889) e Chicago (1893).

José Coelho da Gama e Abreu era filho de pessoas influentes e com certo poder aquisitivo. Seu pai, João Coelho da Gama e Abreu, era oficial da Marinha portuguesa, e sua mãe, Anastácia Josefa Micaela da Gama Lobo, era filha do tenente-coronel João da Gama Lobo. Em 1854, já formado, Gama e Abreu retorna a Belém, onde fixa residência, iniciando sua carreira de funcionário público e, de certa forma, político (Fleury, 2014; Coêlho, 2015). De fato, o jovem bacharel assume a direção da repartição de Obras Públicas com apenas 23 anos de idade e sela aí sua relação com o urbanismo, disciplina que também tomava forma graças às grandes obras de “melhoramentos” públicos naquele período na Europa.

Gama e Abreu foi exonerado desse cargo em 1871, e a repartição, extinta. Após sua exoneração, Abreu tirou um tempo sabático, quando resolveu fazer algumas viagens (Fleury, 2014; Sarges, Coêlho, 2014) e das quais resultaram a publicação, entre 1874 e 1876, da obra *Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bósforo e Danúbio: apontamentos de viagem*, em três tomos. Posteriormente publicou mais dois livros, *A Amazônia: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil* (Abreu, 1883a) e *As regiões amazônicas: estudos corográficos dos estados do Grão-Pará e Amazonas* (Abreu, 1896). Abreu foi um intelectual engajado no processo de formação de identidade, e suas obras tratam de uma questão cara para a nação brasileira durante o século XIX: a projeção do território nacional e suas fronteiras (Magnoli, 1997). A repartição de Obras Públicas foi reativada em 1881 pelo próprio Abreu, quando se tornou presidente da província do Pará.

Gama e Abreu passou boa parte de sua infância em Lisboa; quando adolescente, retorna à capital portuguesa e, na sequência, segue para Coimbra, onde cursa universidade. O jovem paraense, que viveu a maior parte de sua vida até então na Europa, retorna à sua terra natal e a encontra governada e comandada por uma classe burguesa em ascensão, sobretudo por conta do processo de exportação do látex, que desejava transformar a sociedade e a cidade segundo os moldes europeus. Abreu, então, encaixa-se nessa engrenagem de um projeto de formação de identidade nacional brasileira que, na verdade, se aproxima mais de uma sociedade europeia exilada em terras sul-americanas. Esse período de vida em terras europeias é fundamental para que Abreu entenda sobre cidades, veja reformas acontecendo e conheça materiais construtivos utilizados; afinal, esses materiais começam a ser importados pelo Brasil a partir da segunda metade do século XIX e início do XX.

A Belém da *belle époque* da borracha, entendida como idade de ouro da cultura urbana da burguesia contemporânea, regava o desejo de uma imagem que remetia à Paris do final do século XIX e início do XX. Rio de Janeiro, Belém ou ainda Manaus, mas não o Brasil como um todo, civilizam-se. E civilizar o Rio de Janeiro, ou Belém, era “montar e manter um teatro que procurava deixar para trás o que de português e arcaico sobrevivia nos cenários dessas metrópoles” (Coelho, 2011, p.142).

Nos anos finais do Império, já era evidente que a europeização e o branqueamento do Brasil eram imaginados como decorrência do progresso e da civilização (Coelho, 2011). Segundo Dias (1999), na década de 1920 já se falava da *belle époque* amazônica em termos de saudosismo, e percebe-se, em 1890, o primeiro surto de urbanização advindo das riquezas

da borracha, o que decerto evidencia seus recursos entrando nos cofres públicos bem antes disso. As narrativas sobre a modernidade nas grandes cidades da floresta tratavam de políticas públicas com viés disciplinador, cheias de insucessos, lutas e muita exclusão social, e as intervenções impactavam apenas uma pequena parte do espaço urbano da cidade (Dias, 1999).

Em 1855, o capitão de engenheiros Juvêncio Manoel Cabral de Menezes, que exercia o cargo de diretor da repartição de obras públicas, foi chamado ao Rio de Janeiro para servir a Corte, deixando vago seu cargo na província do Pará. O então vice-presidente da província em exercício, João Maria de Moraes (1855), nomeou para o cargo Gama e Abreu, assegurando não existir lá outro engenheiro que pudesse substituir Menezes. Complementava afirmando que ao “doutor em matemática José Coelho da Gama e Abreu, ... por certo não falta a idoneidade precisa para bem desempenhá-lo” (p.13). Em 7 de agosto de 1855, com apenas 23 anos, Abreu assumiu um cargo importante na administração da província e o comando de uma área de conhecimento (engenharia) que não era originalmente a de sua formação. Para desempenhar essa função teve que aprender na prática muitas tarefas distintas daquelas de sua formação acadêmica.

As presidências das províncias estavam enraizadas no interior de uma máquina muito centralizada. O cargo de presidente da província era preenchido por nomeação direta do imperador, aconselhado pelo partido que estivesse no poder. O presidente da província não exercia mandato, podendo ser exonerado ou pedir afastamento à revelia. Os vice-presidentes eram sempre nomeados pela Assembleia local, teoricamente aptos a exercer interinamente o cargo até que novo presidente fosse nomeado por carta imperial e assumisse o cargo (Candido, 2002). Foi então Moraes, um vice-presidente de província, quem nomeou Abreu para o cargo de diretor de Obras Públicas Provinciais. Abreu foi inserido nessa vida política pública que girava em torno do imperador, em que atores sociais eram também deslocados por todas as províncias do império a depender da demanda e vontade do soberano.

No ano de instituição da repartição de obras públicas, a situação econômica do Brasil começava a melhorar, sobretudo no Pará, principalmente a partir dos recursos da exportação do látex, como já mencionado. A própria criação da repartição é um sintoma. Henrique de Beaurepaire-Rohan (1856) – outra personalidade que viajou por várias províncias imperiais –, quando foi presidente da província do Pará, reportou em seu relatório anual de 1856 que “a era das conspirações passou. As tempestades, que enegreceram outrora o nosso horizonte político, foram custosas lições que nos amestraram na carreira da existência social” (p.17). Afirmava ainda que “em todas as províncias do império são as questões de melhoramentos materiais as que mais prendem a atenção pública, e é nestas felizes disposições que também encontrais o sentimento dos povos do Pará” (p.17). Beaurepaire-Rohan completava seu discurso afirmando que em uma província “como o é esta, tão rica em recursos, não vos faltarão ocasiões de vos assinalardes por serviços importantes, que vos tornarão cada vez mais dignos do estigma e gratidão daqueles que vos elevaram à honrosa posição de seus representantes” (p.17). Fica evidente que, além da mencionada melhora nos cofres públicos, Beaurepaire-Rohan se referia mesmo às pessoas que, como Abreu, prestavam serviço para o Império e poderiam ser confiáveis, pois estavam realizando tomadas de decisões que seguiam o que pretendia o imperador, em todos os ideais do já mencionado progresso das cidades e civilização do povo.

Saúde pública e as ações de Gama e Abreu

Gama e Abreu aproveitou esse bom momento e também o fato de Beaurepaire-Rohan ser engenheiro de formação e já ter sido diretor de Obras Públicas da capital do império, para seguir desempenhando sua função à frente da repartição. Abreu via em Rohan um canal de comunicação direto com a capital do império, assim como com o próprio imperador. Como já comentado e elucidado por Marcoy (2001), as ruas da capital paraense se apresentavam em péssimo estado: sem calçamento, ora estavam enlameadas, ora empoeiradas.

Em 1856, Beaurepaire-Rohan autoriza Gama e Abreu a, com “a possível brevidade e economia, reparar a estrada da Olaria, fazendo desaparecer os atoleiros” (Ofícios..., 12 ago. 1856, p.2). Era a junção de dois fatores: a problematização desses aspectos e o momento de viabilidade econômica para que essas obras pudessem ser executadas. A cidade deixava de ser encarada como mero objeto de olhar crítico e passava a ser objeto de intervenção (Choay, 2010).

Evidentemente, nessas ações subjazem alguns interesses e crenças pessoais. No entendimento de Abreu e Rohan, o calçamento das ruas era item primordial para conferir um aspecto e imagem europeizada à cidade. Além disso, muito do que foi feito por Abreu naquele momento relativo à pavimentação seguia o processo conhecido como McAdam, desenvolvido pelo engenheiro escocês John Loudon McAdam e muito empregado no Rio de Janeiro, justamente quando Beaurepaire-Rohan foi diretor de Obras Públicas da capital do império. Rohan foi um entusiasta e conhecedor desse processo, que acabou não dando muito certo, sendo logo substituído pelo calçamento com paralelepípedos. O processo McAdam consistia no assentamento de três camadas de pedras postas sobre uma fundação, possuía ainda valas laterais para o escoamento das águas pluviais, fugindo do método de valas centrais muito usado no Brasil no período colonial (Andreatta, 2006).

Entre 1855 e 1871, quando Gama e Abreu era diretor de Obras Públicas, várias foram as obras visando a melhoramentos nos aspectos físico e imagético da cidade que se valeram do discurso da saúde pública como justificativa (Relatório..., 1879). O calçamento influenciava diretamente a saúde pública, sobretudo por proporcionar impermeabilização em ruas de terra batida em uma cidade com fortes chuvas equatoriais, mas o discurso era usado para as reformas nas ruas principais ou onde moravam as personalidades mais abastadas da cidade, sempre deixando de lado as ruas onde viviam as pessoas em maior vulnerabilidade e com menos recursos.

Além de dar seguimento aos trabalhos de abastecimento da cidade com água potável, que vinha sendo parcamente realizado antes de sua nomeação, Abreu, preocupado com a salubridade citadina, também incluiu no rol das questões urbanas abordadas o aterramento das áreas alagadas e a pavimentação das ruas (Beaurepaire-Rohan, 27 out. 1857). Nada diferente das ações dos atores sociais atuantes em Belém desde meados do século XVIII.

No relatório de passagem da presidência da província em 1857 para o comando de João da Silva Carrão (1810-1888), Henrique de Beaurepaire-Rohan (27 out. 1857) inclui pela primeira vez nos relatórios dessa província o item “calçamento da cidade”. Nele destaca que “o novo calçamento desta cidade é todo feito pelo sistema de MacAdam, mais ou menos modificado, segundo a natureza dos materiais de que é possível dispor” (p.2). Ainda afirma que, desse sistema, “a maior vantagem, além de facilitar a rodagem, é a de dar o mais pronto esgoto às águas pluviais, que interessam sobremaneira à salubridade pública” (p.2). Em seu

plano para o Rio de Janeiro, Rohan recomendava a adoção da técnica inglesa patenteada por McAdam, “que havia sido ensaiada por iniciativa da Câmara Municipal na rua da orla de Botafogo” (Andreatta, 2006, p.117).

Na Belém de 1857 já se clamava por essa forma de pavimentação nas novas ruas que ligavam o centro mais antigo da cidade aos novos bairros. Beaurepaire-Rohan (27 out. 1857), em seu relatório, transcreveu as palavras de Gama e Abreu, nas quais afirmava que, a estrada de Nazaré, “o que ela mais precisa é ser macadamizada, sem o que não se conseguirá torná-la transitável na quadra das chuvas. Esta obra é reclamada, a bem da salubridade pública” (p.3). Naquele momento já não era mais nobre viver perto do centro comercial, dessa forma, a classe burguesa em ascensão na cidade, sobretudo por conta da exploração da borracha, começa a habitar o novo bairro que surgia um pouco mais afastado desse centro. Duas novas ruas davam acesso a esse novo bairro: a estrada de Nazaré e a estrada de São Jerônimo (Mapa..., 1882). Apesar de, em 1847, ambas ainda serem percebidas como afastadas do centro da cidade, elas conectavam o centro comercial ao bairro de Nazaré, onde já se concentravam as casas da classe burguesa ascendente em Belém.



Figura 1: Avenida São Jerônimo, atual avenida Governador José Malcher, 1905 (Fonte: Sarges, 2002)

Gama e Abreu, em suas ações na capital paraense, mostra-se atento à abertura de novas ruas e no seu calçamento para que se apresentassem de forma a permitir a circulação do vento e a melhor incidência de luz (Relatório..., 1881). Para tal, as ruas e estradas, sempre em linhas retas e longas, apresentavam grandes larguras. Nessas, ainda eram sempre presentes as árvores de grande porte plantadas em linha reta, acompanhando o traçado da rua, de forma a dar um ambiente mais salubre e prazeroso para o caminhar (Relatório..., 1881).

Ainda hoje se pode perceber essa arborização apenas nas ruas dos bairros com população de maior poder aquisitivo. Era Abreu em suas ações atendendo a seus pares, ou aos territórios da cidade em que ele transitava cotidianamente.



Figura 2: Praça da Trindade, início do século XX (Fonte: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro)



Figura 3: Planta levantada por Manoel Odorico Nina Ribeiro, a pedido da vereação do quadriênio 1883-1886 (Fonte: Abreu, 1883b)

Em 1858, o então presidente da província, Ambrósio Leitão da Cunha (1825-1898), autorizou a pavimentação das duas estradas mencionadas. Em seu relatório à Assembleia Legislativa Provincial, relatava em tom de justificativa que, baseado nas “reflexões que fizera o dr. Inspetor da saúde pública e outros médicos desta cidade acerca da necessidade de remover daquela estrada as águas pluviais ali estagnadas, a que com muita razão atribuíam os casos de febre amarela”, resolvia ele “mandar proceder ao calçamento regular da mesma estrada” (Cunha, 1858, p.7). Alegava ainda que isso proporcionava também “os cuidados que exigia aquele sítio hoje tão frequentado como lugar de recreio pela população da cidade” (p.7).

As ações de Abreu iam ao encontro do praticado naquele tempo, sobretudo na Europa: a teoria dos miasmas, formulada por Thomas Sydenham e Giovanni Maria Lancisi durante o século XVI, que concebia a transmissão das doenças pelo ar e pelos odores. Historicamente, saúde e meio ambiente sempre estiveram intimamente relacionados. A concepção “ambiental” da doença foi reforçada a partir dos séculos XVI e XVII, mas com maior alcance a partir de meados do século XVIII com a industrialização e urbanização das cidades. Até fins do século XIX, em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil, as doenças e a salubridade das cidades vinham sendo problematizadas sob diversos aspectos e pautadas na teoria miasmática (Gouveia, 1999).

Os médicos exerceram, desde meados do século XVIII, papel fundamental nesse processo, e o debate ficava em torno de questões relativas à higiene pública. Os médicos e engenheiros, responsáveis pelo saneamento das cidades no Brasil, encontravam sua fundamentação na teoria miasmática para empreender suas intervenções urbanas. Os miasmas eram muito debatidos, pois a palavra traduzia quase tudo o que tinha relação com insalubridade: acreditava-se que os miasmas eram emanções nocivas invisíveis que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano (Czeresnia, 1997; Abreu, Quadros, 2023).

No Brasil, o debate acerca dos miasmas não era exclusivo do corpo de médicos e engenheiros. As informações sobre seus malefícios e formas de os combater também chegavam à população (Gouveia, 1999). Evidentemente cada um conta a história à sua maneira, e a forma em que essas informações chegavam à sociedade era o jeito que mais interessava aos pensadores dessas reformas. Emanções nocivas, pântanos, insalubridade, ar insalubre, mortífero, infectado, decomposições de matérias vegetais e animais eram expressões usadas para tentar definir e entender os temidos miasmas (Gouveia, 1999). Esses seriam gerados pela sujeira encontrada nas cidades insalubres, e também por gases formados pela putrefação de cadáveres humanos e de animais. A teoria consistia basicamente em limpar o espaço urbano, desinfetar, praticar uma higiene “desodorizante” que tentasse proteger o ar das emanções e fedores proveniente das coisas. De certa forma, pode-se perceber que grande parte das ações que visassem ao embelezamento citadino poderia ser enquadrada como questão de salubridade, e Abreu se valeu também de todo esse repertório persuasivo para seguir com suas reformas na capital do Pará.

Em breve digressão, entende-se que em Belém alguns aspectos do combate aos miasmas já eram percebidos desde meados do século XVIII. Os médicos, engenheiros e arquitetos que nessa cidade estiveram, sobretudo a partir de 1753, já traziam consigo o pensamento de combate aos miasmas (Fleury, 2009). As intervenções no planejamento da cidade na

segunda metade do século XVIII tiveram múltiplas finalidades, associadas à geopolítica ibérica, ao comércio, à defesa e ao “salubrismo” ou “higienismo”, cuja maior referência em Portugal foi o médico Ribeiro Sanches com seu *Tratado da conservação da saúde dos povos*, publicado em 1757. A obra de Ribeiro Sanches circulou com mais intensidade em finais do século XVIII, tanto em Portugal quanto nos domínios ultramarinos. Foi uma literatura médica destinada a divulgar preceitos de medicina e higiene (Marques, 2004).

Essa digressão é importante pois muitos dos princípios do pensamento urbano belenense presentes no século XIX foram estabelecidos no século anterior na capital paraense, inclusive algumas decisões como: drenagem e eliminação dos cursos d’água existentes na cidade (o caso mais emblemático foi o pântano do Piry), calçamento das ruas, melhoria no abastecimento de água, introdução de áreas verdes no tecido urbano. Em 1753, chega a Belém uma Comissão Demarcadora de Limites, com atores que foram muito importantes na história urbana da cidade, como Antônio Landi, Angelo Brunelli, Schwebel, Gaspar Gronsfeld, entre outros. Vários foram os projetos pensados para Belém ao longo de toda a segunda metade do século XVIII. Gronsfeld, por exemplo, chegou a desenvolver dois projetos para amuralhar a cidade (Fleury, 2009) em que enfrentava questões importantes, como o já mencionado pântano do Piry, aterrando uma parte dele e conectando outra com o rio e, por meio de comportas, criando um grande lago permanente na cidade. Vários foram os planos não executados, mas, em 1791, o engenheiro Teodósio Constantino de Chermont, tenente-coronel de artilharia, foi o responsável pelo projeto que aterrava definitivamente o pântano. Tendo em vista preocupações sanitárias e de abastecimento de água na cidade, projetou a construção de valas de escoamento das águas do pântano, onde futuramente foram construídas ruas, seguindo seu projeto.

Como não mudaram as classes sociais às quais pertenciam as pessoas que tomavam as decisões na cidade, percebe-se também uma continuidade desses pensamentos em meados do século XIX, mas encarados de nova forma, mais atuante e sempre fruto de ações de uma classe alta que destinava esses investimentos a determinados territórios da capital paraense.

Em 1855, quando Gama e Abreu assumiu a direção das Obras Públicas, já existia na cidade o cemitério Nossa Senhora da Soledade, inaugurado em 1850 e situado, naquele tempo, perto do Centro. Por conta das epidemias, foi fechado trinta anos depois, por José Coelho da Gama e Abreu, contendo em torno de trinta mil mortos sepultados (Cruz, 1973). Abreu propôs outro cemitério para Belém, o Cemitério de Santa Izabel, inaugurado em 1870 e em funcionamento até os dias de hoje (Relatório..., 1870, 1881). Esse cemitério respeitava o que se acreditava ser o mais indicado para a capital paraense: mais afastado do centro habitado, sobretudo do território mais rico e central da cidade, e respeitando o regime dos ventos (Braga, 1919).

Aos poucos, as obras propostas por Abreu iam saindo do papel, modificando a paisagem construída da cidade e, a partir de um viés disciplinador, evidentemente mudando hábitos sociais. Eram os vestígios de uma segregação social no tecido urbano. No Brasil, esse processo já é observado desde o final do século XVIII, mas se acentua com a chegada da Corte. Em Belém também são percebidas atuações com relação a novos equipamentos urbanos que visavam racionalizar o crescimento da cidade no século XIX – mercados, abatedouros, cemitérios – ou localizar antigas atividades – curtumes, fábricas de sabão. São tendências

que se exprimem nos códigos de postura que foram discutidos em Belém na época. Elas contribuem para a construção de uma lógica não apenas de eficiência e progresso, mas também de classe. O controle de transmissão de doenças, juntamente com a intervenção em saneamento e os cuidados médicos, completa-se quando é promovida a educação sanitária, adotando-se hábitos higiênicos como a utilização e manutenção adequadas das instalações sanitárias e a melhoria da higiene pessoal, doméstica e de alimentos.

Por sua própria definição, o saneamento é indissociável do conceito de saúde. Belém é uma cidade plana e, por estar situada na zona equatorial amazônica, apresenta chuvas constantes e intensas. Quando o período de fortes chuvas coincidia com a época de cheias dos rios, a cidade apresentava alagamentos em diversas áreas, sobretudo em locais de expansão urbana. Com a anuência de Abreu e de todos os atores sociais que detinham o poder de decisão na capital, a classe mais pobre se instalou nos locais mais baixos da cidade, em geral próximo às margens do rio e das terras já alagadas, portanto, de mais vulnerabilidade. Apesar de, em meados do século XIX, os conhecimentos e o instrumental técnico permitirem maior precisão técnica no traçado de caminhos e no nivelamento das suas inclinações relativas, o que aumentava o controle sobre escoamento de águas superficiais, esses nivelamentos muitas vezes só aconteciam nas ruas mais centrais ou dos bairros mais nobres. Os investimentos eram destinados aos territórios que menos precisavam deles, porque lá moravam as pessoas com maior poder aquisitivo e que decidiam e comandavam as ações de melhoramentos.

Uma forte investida de Abreu foi justamente em sanar o problema de acúmulo das águas nas ruas. É evidente que ele interveio primeiramente nas principais ruas da cidade e com maior circulação de pessoas. Em 1859, Abreu propõe como meio “profícuo e pouco dispendioso para esgotar alguns pântanos que existem aos lados da estrada do Arsenal, a abertura de valas em todas as estradas ou ruas que ... cortam esses pântanos” (Abreu, 1859, p.4). Ainda afirmava que, feitas tais valas, “sejam os donos dos terrenos obrigados a construir outras menores que esgotem para aquelas, e assentar por fim no lugar que mais conveniente for, da vala principal em que as mais despejarem”, ainda completava que deveriam se compor de “uma comporta com o preciso jogo para dar saída às águas de todas elas e impedir a entrada das marés” (p.4). As primeiras ruas de Belém que receberam novos calçamentos foram, além das mais centrais, não coincidentemente, as mais próximas ao palácio do governo.

Considerações finais

Pode-se pensar, então, em uma nova lógica de cidade em relação àquela do período colonial? Naquele momento, já se percebia na cidade certa separação social e de determinadas atividades. Em Belém, as atividades de comercialização de produtos, por exemplo, já não eram consideradas nobres. O contrário se observa em relação às atividades de divertimento das camadas mais ricas, como o Teatro da Paz, obra idealizada e iniciada por Gama e Abreu. Era o início não apenas de uma divisão funcional da cidade, mas de segregação e direcionamento das ações dos governantes para determinados locais. Em Belém, como em alguns outros lugares, em maior ou menor intensidade, isso interferia também no direcionamento dos investimentos, o que aumentava as segregações e ditava as organizações sociais na cidade,

agravando os problemas de salubridade nos territórios habitados por população com menor poder aquisitivo ou sem o *status* social da escolaridade e da descendência.

Os assuntos relacionados à salubridade pública e à justiça social estiveram muito presentes nas falas e ações de Abreu. A saúde pública era também muito utilizada por ele como caráter persuasivo para suas ideias e tentativas de implementação dos aspectos que conferiam certo embelezamento a específicos territórios da cidade.

Nos discursos e nas discussões políticas da época era perceptível a presença da ideia de que existia um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade para qualquer “povo”, sendo sempre dever dos governantes fazer com que o caminho fosse percorrido com a maior rapidez possível. Havia também a noção de que um dos requisitos para uma nação atingir a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos” seria solucionar os problemas de higiene pública.

Seguindo a teoria dos miasmas, Abreu foi de fato um ator preocupado com a salubridade citadina. Esteve atento a questões relacionadas à localização e à quantidade de hospitais, cemitérios, matadouros e outros equipamentos e serviços urbanos, como despejo dos dejetos e lixo provenientes das diversas casas da cidade, drenagem dos pântanos, pavimentação das ruas, circulação de ventos e incidência de sol, fontes de abastecimento de água, entre outros (Abreu, 1874, 1876).

Ao se observar um recorte temporal mais abrangente, entretanto, o cenário aqui evidenciado traz à tona outros pontos que merecem destaque. As intervenções urbanas ou, em outras palavras que evitem o anacronismo, as obras de melhoramentos citadinos realizadas por Abreu, que visavam a melhorias na salubridade pública, já vinham sendo pensadas e executadas em Belém desde meados do século anterior. O que aconteceu foi que as reformas do século XIX evidenciaram a cidade comandada por uma classe burguesa que ascendeu rapidamente ao poder com a exportação da borracha. Foi então instalada uma “nova lógica de cidade”, tendo em Gama e Abreu um de seus maiores representantes.

Evidentemente isso não seria possível se Gama e Abreu não pertencesse a uma família com recursos, que possibilitou sua formação europeia e sua inserção no mundo globalizado de sua época. Pelo viés da história profissional, um filósofo e matemático foi percebido como ator fundamental para várias transformações urbanas, sendo algumas vezes referido como engenheiro, profissão mais associada a essas ações.

Com base nas fontes em que esta pesquisa se deteve, pode-se dizer que Abreu estava interessado na aparência da cidade e parecia estar também preocupado com questões de saúde pública, pelo menos a partir de sua visão de mundo: a de um homem branco, filho de pessoas ricas pertencentes às classes militares do Império, com educação europeia, subserviente da monarquia instaurada no Brasil e que sempre transitava entre os que comandavam o país, qualquer que fosse o partido ou sistema político em voga.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves; QUADROS, Lucas Samuel. Os planos de Ernesto Ottoni contra o “mal dos lázaros”: lazaretos, terapêuticas e trabalho no combate à lepra em São

Paulo, século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.30, e2023044, 2023.

ABREU, José Coelho da Gama e. *As regiões Amazônicas: estudo corográfico dos Estados do*

Grão-Pará e Amazonas. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1896.

ABREU, José Coelho da Gama e. *A Amazônia, as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil*. Lisboa: Tipografia Minerva, 1883a.

ABREU, José Coelho da Gama e. *The State of Pará: notes from the exposition of Chicago*. New York: The Knickerbocker Press, 1883b.

ABREU, José Coelho da Gama e. *Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bósforo e Danúbio, apontamentos de viagem*. Tomos 2 e 3. Lisboa: Tipografia Universal, 1876.

ABREU, José Coelho da Gama e. *Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bósforo e Danúbio, apontamentos de viagem*. Tomo 1. Lisboa: Tipografia Universal, 1874.

ABREU, José Coelho da Gama e. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo exmo. Sr. tenente-coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma província, em 1 de outubro de 1859*. Pará: Tipografia Comercial de A.J.R. Guimarães, 1859.

ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr João da Silva Carrão, no ato de ser empossado da presidência da província do Pará, por Henrique de Beaurepaire-Rohan*. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 27 out. 1857.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira sessão da 10ª legislatura da mesma Assembleia, pelo presidente, Henrique de Beaurepaire-Rohan*. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1856.

BELTRÃO, Jane. *Memórias da cólera no Pará (1855 e 1991): tragédias se repetem?* *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.14, supl., p.145-167, 2007.

BELTRÃO, Jane. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Edufpa, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *L'illusion biographie*. Paris: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 1986.

BRAGA, Theodoro. *Noções de corografia do Estado do Pará*. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919.

CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia, ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2002.

CALABI, Donatella. *A história do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CHOAY, Françoise (ed.). *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

COELHO, Geraldo Mártires. *Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo olhares*. *Escritos Cinco*, v.5, n.5, p.141-168, 2011.

COELHO, Jerônimo Francisco. *Relatório feito pelo exmo. sr. conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente desta província, e entregue ao 1º vice-presidente em exercício, o exmo sr. dr. Angelo Custodio Corrêa, no dia 1º de agosto de 1850*. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1850.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. *Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.11, n.1, p.57-74, 2004.

CUNHA, Ambrósio Leitão da. *Relatório lido pelo exmo. Sr. vice-presidente da província, na abertura da primeira sessão ordinária da XI Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858*. Pará: Tipografia Comercial de Antônio José Rabello Guimarães, 1858.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Ufpa, 1973.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

CZERESNIA, Dina. *Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva da apreensão da epidemia*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.4, n.1, p.75-94, 1997.

DAOU, Ana Maria. *Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.6, supl., p.867-888, 2000.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

FLEURY, Jorge Nassar. *José Coelho da Gama e Abreu: visões de Belém de um funcionário do império (c.1855-1894)*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FLEURY, Jorge Nassar. *Muralhas invisíveis: cartografia e história visual na Amazônia no século XVIII*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2009.

GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. *Saúde e Sociedade*, v.8, n.1, p.49-61, 1999.

HENRIQUE, Márcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.19, supl., p.153-177, 2012.

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva. *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – Modos de pensar*. Salvador: Edufba, 2018.

JOHNSON, Steven. *O mapa fantasma: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa (1808-1912)*. São Paulo: Unesp, Moderna, 1997.

MAPA da província do Grão-Pará. In: *Atlas do Império do Brasil pelo conselheiro barão Homem de Melo e tenente coronel de engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno, organizado e gravado por Claudio Lomellino de Carvalho*. Rio de Janeiro: Paulo Robin, 1882.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Trad. Antonio Porro. Manaus: Edua Ed., 2001.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Instruir para fazer a ciência e a medicina chegar ao povo no setecentos. *Varia Historia*, n.32, p.37-47, 2004.

MIRANDA, Cybelle Salvador et al. Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.22, n.2, p.525-540, 2015.

MORAES, João Maria de. *Exposição apresentada pelo vice-presidente da província do Pará, por ocasião de passar a administração da mesma província para o Exmo. Sr. Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães*. Pará: Tipografia de Santos e Filhos, 1855.

OFÍCIOS da Província do Pará. Palácio da Presidência da cidade de Belém, 12 ago. 1856.

PALMA, Monique. The influence of miasmatic theory on the construction of the Hospital Geral de Santo Antônio in Porto in the nineteenth century. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.31, supl., e2024053, 2024.

RELATÓRIO do Governo da Província do Pará. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará: [s.n.], 1881.

RELATÓRIO do Governo da Província do Pará. Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Jose Coelho da Gama e Abreu, presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Grão-Pará em 16 de junho de 1879. Pará: [s.n.], 1879.

RELATÓRIO do Governo da Província do Pará. Relatório com que o Exmo. Sr. coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães, segundo vice-presidente da província do Pará passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. primeiro vice-presidente cônego Manoel José de Siqueira Mendes. Pará: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1870.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, v.11, n.22, p.5-30, 2007.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém, riquezas produzindo a belle-époque*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré; COELHO, Anna Carolina de Abreu. Do rio Amazonas à Península Ibérica: viajando com o barão do Marajó. *Varia Historia*, v.30, n.53, p.487-505, 2014.

SILVA, Luiz Jacintho da. O controle das endemias no Brasil e sua história. *Ciência e Cultura*, v.55, n.1, p.44-47, 2003.

UJVARI, Stephan Cunha. *A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias parasitas e outros microrganismos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Conflito de interesse

Não houve conflito de interesses na realização do presente estudo.

Agradecimentos

Agradecimentos à Faperj, CNPQ, Capes e Fapemig.

Preprint

Não foi publicado em repositório de preprint.

Dados da pesquisa

Não estão em repositório.

Avaliação por pares

Avaliação duplo-cega, fechada.